



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição Medida Provisória nº 681, de 2015
------	--

Autor Dep. PAUDERNEY AVELINO - Democratas/AM	Nº do prontuário
--	------------------

1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 1º ao art. 4º, da Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória (MP) nº 681 aumenta de 30% para 35% o limite do desconto do crédito consignado em folha de pagamento. O novo limite de renda é válido para empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aposentados, pensionistas e servidores públicos. O desconto é para o pagamento de empréstimos, financiamentos, cartão de crédito e operações de arrendamento mercantil (leasing).

Atualmente, os trabalhadores podem autorizar o desconto relativo a contratos de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil (leasing – quando o bem é a garantia da dívida) até o limite total de 30%, de acordo com a Lei do Crédito Consignado (10.820/03). A Medida Provisória acrescenta 5% apenas para despesas relacionadas ao cartão de crédito, passando o total a ser de 35% da remuneração.

No atual cenário econômico brasileiro uma medida que permita ampliar o nível de endividamento das famílias é, no mínimo, irresponsável. Isso porque, segundo dados do Banco Central, o endividamento familiar chegou a 46,3% em abril, o maior percentual desde o início da pesquisa, em 2005. Essa mudança poderá comprometer a renda das famílias além do desejável e levar ao aumento da inadimplência, comprometendo o esforço do governo federal no combate à inflação.

Sem a introdução de contrapartidas que ampliem a proteção ao tomador do

empréstimo, a medida proposta acarretará um comprometimento da renda das famílias para além do desejável e de maneira incompatível com os princípios da atividade econômica.

PARLAMENTAR

Deputado Pauderney Avelino
Democratas/AM



CD/15789.93054-35